

SUMÁRIO

1. INDIGNIDADE SUCESSÓRIA E O ROL TAXATIVO DO ART. 1.814 DO CÓDIGO CIVIL: BREVES COMENTÁRIOS AO JULGAMENTO DO RESP. 1.943.848/PR.....	21
1. Introdução	21
2. O julgamento do Resp. 1.943.848/PR.....	22
3. Algumas notas sobre o princípio da taxatividade	23
4. Considerações finais.....	31
5. Referências bibliográficas	32
2. A RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DO HERDEIRO: ESBOÇO SOBRE OS PRINCIPAIS PONTOS.....	35
1. Do inventário até a (ocasional) partilha	35
2. A necessária composição harmônica entre os arts. 1.792 e 1.997 do CC e o art. 796 do CPC	39
3. A responsabilidade limitada dos herdeiros e a responsabilidade do espólio/herança pelo pagamento das dívidas do falecido.....	41
4. A mecânica (= dinâmica) da responsabilidade patrimonial “acidental” dos herdeiros.....	44
5. A responsabilidade patrimonial na ótica do credor x herdeiros	51
6. Obrigação solidária: necessidade de interpretação do art. 276 do CC	57

6.1.	A primeira parte do art. 276 do CC	57
6.2.	A segunda parte do art. 276 do CC	58
6.3.	A terceira parte do art. 276 do CC	59
7.	Considerações finais.....	63
8.	Referências bibliográficas	64
3.	DECLARAÇÃO DE PATERNIDADE <i>POST MORTEM</i> E PETIÇÃO DE HERANÇA: OS DIREITOS SUCESSÓ- RIOS DE PESSOA ESTRANGEIRA QUE NÃO RESIDE NO BRASIL (PARECER JURÍDICO).....	69
1.	Síntese da consulta	69
2.	Análise dos pontos nervosos da questão	71
3.	Da necessidade de observância do art. 23, inciso II, do CPC: repercussão patrimonial limitada à sucessão dos bens localizados em território nacional	71
4.	Impossibilidade de aplicação da legislação nacional à es- fera jurídica do autor	74
5.	Da legislação uruguaia aplicável	79
5.1.	O direito uruguaio e o reconhecimento de paterni- dade	79
5.2.	O direito uruguaio e a anulação do registro de pa- ternidade hoje existente.....	81
5.3.	Da inteligência do código bustamante	85
5.4.	Aplicação da legislação uruguaia no caso concreto	87
6.	Impossibilidade de escolha pela jurisdição brasileira em detrimento da jurisdição natural (uruguaia): aplicação do mecanismo do “ <i>forum non conveniens</i> ”	87
7.	Considerações finais.....	91
8.	Referências bibliográficas	93
4.	PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO E A PRÉVIA CONVEN- ÇÃO PARA APURAÇÃO DE HAVERES: O RISCO DA IN- SERÇÃO DA CLÁUSULA “DO FAZ DE CONTA”	95

1.	Introdução	95
2.	Delineações preliminares. A autonomia da vontade como núcleo das sociedades limitadas. Da sucessão “causa mortis” do empresário e dos deslindes possíveis: apresentação da problemática.....	98
3.	O art. 606 do CPC e a sua importância no debate	105
4.	Do entendimento do STJ: existe uma terceira via?.....	111
5.	Impacto da legislação posterior no posicionamento firmado no julgamento do Resp. n.º 1.335.619/SP	118
6.	Planejar ou não planejar? Eis a questão	120
7.	Considerações finais.....	123
8.	Referências bibliográficas	125
5.	A VALORIZAÇÃO DAS QUOTAS SOCIAIS E A SUA PROJEÇÃO PARA A SUCESSÃO CAUSA MORTIS, O DIVÓRCIO E A DISSOLUÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL	129
1.	Introdução	129
2.	Panorama geral e as quotas sociais	130
3.	A disciplina legal acerca da comunicabilidade das quotas sociais	136
4.	O entendimento do STJ (Recurso Especial 1.173.931/RS): ...	141
5.	Análise crítica da jurisprudência: a anacronia do posicionamento e o equívoco da premissa	143
6.	Considerações finais.....	152
7.	Referências.....	154
6.	O CODICILO COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO DA HERANÇA DIGITAL	157
1.	Notas introdutórias acerca do planejamento sucessório e do objeto do ensaio.....	157
2.	Codicilo x testamento	160
3.	Codicilo: capacidade para elaborá-lo.....	165

4.	Codicilo e o seu objeto.....	167
5.	Codicilo e as suas formalidades.....	175
6.	A abertura e o registro (judicial) do codicilo.....	178
7.	Aplicabilidade do codicilo à herança digital: forma flexível e caráter híbrido das disposições de última vontade	180
8.	O “pequeno valor” x herança digital.....	184
9.	O Projeto de Lei nº 5.820 de 2019.....	186
10.	Considerações finais.....	189
11.	Referências bibliográficas.....	189
7.	A COVID-19 E O FORMALISMO DO TESTAMENTO: REFLEXÃO SOBRE O POSSÍVEL PAPEL DA TECNOLOGIA.....	195
1.	Notas introdutórias acerca do planejamento sucessório e do testamento.....	195
2.	Dos rigores formais do testamento particular em tempos de isolamento social e da tecnologia como válvula de escape.....	201
3.	Considerações finais.....	209
4.	Referências.....	209
8.	O DIREITO À CREMAÇÃO: O SILÊNCIO DA LEI ACOMPANHA O SILÊNCIO DOS MORTOS.....	211
1.	Introdução.....	211
2.	Os ritos funerários sob a perspectiva histórico-cultural a respeito da alma e da morte.....	213
3.	O movimento cremacionista e processo crematório no Brasil.....	222
4.	Fatores responsáveis pela demanda da técnica crematória no contexto brasileiro atual.....	229
5.	A regulamentação do método crematório no Brasil em resenha.....	232

6.	O descaso do legislador na construção de normas efetivas sobre o tema	234
7.	Regulamentação em nível federal.....	235
8.	Os diplomas legais do município do Rio de Janeiro: a base normativa do <i>direito funerário brasileiro</i> ?	238
9.	A relação da <i>causa mortis</i> com os requisitos necessários ao processo crematório	240
10.	Considerações finais.....	246
11.	Referências bibliográficas	248